

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.782 - SP (2019/0089910-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE TANABI - SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 5A VARA CÍVEL DE PALMAS - TO
INTERES. : PAULO FERREIRA ALVES
INTERES. : BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADOS : ALESSANDRO DE PAULA CANEDO - TO001334A
MAURÍCIO CORDENONZI E OUTRO(S) - TO002223B

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o r. **JUÍZO DE DIREITO DA 2.^a VARA CÍVEL DE TANABI - SP**, suscitante, e o r. **JUÍZO DE DIREITO DA 5.^a VARA CÍVEL DE PALMAS - TO**, suscitado.

Ação: de Execução ajuizada pelo BANCO DA AMAZÔNIA S.A. contra PAULO FERREIRA ALVES, objetivando a condenação do réu ao pagamento do valor de R\$98.910,94 (noventa e oito mil, novecentos e dez reais e noventa e quatro centavos), relativo a empréstimo não saldado.

Decisão do Juízo suscitado: declinou da competência em favor do juízo suscitante, sob o argumento de que "(...) *têm-se claro e cristalino que a competência para o caso sob análise é regulada pelo Código de Defesa do Consumidor.*" (fl. 19)

Decisão do Juízo suscitante: suscitou o presente conflito negativo de competência, sob o fundamento de que "(...) *não se pode afirmar que os executados tenham endereço em Cosmorama, município desta Comarca de Tanabi (Juízo suscitante), tendo em vista que a carta precatória distribuída nesta Vara em 06/12/2013 (autuada sob o nº 3004025-52.2013.8.26.0615) não foi cumprida ante a ausência de recolhimento da taxa de distribuição e de diligência do oficial de justiça (cf. fls. 450 e 451). Já quanto à segunda carta precatória destinada a esta Comarca, emitida em 10/10/2014 (fls. 458) não há comprovação nos autos de sua distribuição e, em consulta ao sistema SAJ, consta uma carta precatória em que figuram as mesmas partes cuja distribuição foi cancelada em 31/0/2018 (autos nº 0001503-30.2018.8.26.0615 da 1.^a Vara desta Comarca).*" (fl. 6).

Parecer do Ministério Público Federal: opinou pelo conhecimento do conflito e competência do Juízo de Direito da 2.^a Vara Cível de Tanabi - SP, o suscitante (fls. 96-100).

É o relatório.

Decide-se.

1. Inicialmente, vale destacar a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente conflito, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Para se definir o foro competente da ação em questão, é necessário se verificar acerca da existência ou não de relação de consumo no negócio jurídico celebrado entre as partes.

Com esse norte hermenêutico, na presente hipótese, claramente se identifica a relação consumerista estabelecida entre o executado e o banco exequente, firmada em razão de contrato de financiamento firmado entre as partes. Assim sendo, nos termos da jurisprudência desta Corte, ressaí a competência do foro do domicílio do réu para a propositura da ação de execução, pois *"O intento protetivo da lei, no sentido de possibilitar a escolha do foro, do domicílio do autor ou do réu, dirige-se ao consumidor, propriamente dito, aquela pessoa física ou jurídica destinatária final do bem ou serviço."* (CC 106.136/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/10/2009, DJe 05/11/2009).

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. COMPETÊNCIA TERRITORIAL EM AÇÃO ENVOLVENDO RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA CONEXA COM AÇÃO REVISIONAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS. MULTA. CABIMENTO.

1.- Consoante dispõe o art. 535 do CPC, destinam-se os Embargos de Declaração a expungir do julgado eventuais omissão, obscuridade ou contradição, não se caracterizando via própria ao re julgamento da causa.

2.- Em se tratando de relação de consumo não incide a regra de competência estabelecida pelo art. 100, IV, "d", do CPC (local do cumprimento da obrigação), podendo ser fixada a competência do foro do domicílio do réu, ou, alternativamente, do foro em que reside o consumidor, haja vista o princípio da facilitação de sua defesa em juízo.

3.- Caracterizada a conduta protetatória da parte, de rigor a aplicação da multa fixada com fundamento no artigo 538 do Código de Processo Civil.

4.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 271.968/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/03/2013, DJe 26/03/2013)

Na situação em análise, ressaí clara a situação de consumidor do executado, motivo pelo qual, a competência será do foro do seu domicílio.

No mesmo sentido foi o parecer do ilustre representante do Ministério

Público Federal, *litteris* (fl. 98):

(...)

8. Quanto ao mérito do que debatido, cumpre ressaltar, de plano, que o entendimento jurisprudencial prevalecente perante essa Corte Superior de Justiça é firme no sentido de que, em demandas que envolvam ou se originem em relação de consumo, a competência é absoluta quando o consumidor figura no polo passivo da ação. Por outro lado, tal regra admite relativização em benefício do consumidor, podendo ele optar, respeitados os limites legais, pelo juízo que melhor atenda suas necessidades.

9. No presente caso, o consumidor figura como réu e encontra-se domiciliado, como informado nos autos, na comarca de Cosmorama/SP. Assim, merece prevalecer o entendimento do juízo suscitado, uma vez que, ocupando o consumidor o polo passivo da relação processual, a competência revela-se absoluta, devendo o processo tramitar no domicílio do réu.

3. Do exposto, com fundamento no art. 955 do NCPC c.c. Súmula 568/STJ, **conheço** do conflito para declarar a competência do **JUÍZO DE DIREITO DA 2.ª VARA CÍVEL DE TANABI - SP**, o suscitante.

Publique-se. Intimem-se. Oficiem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator